



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0005399-73.2014.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro**
 Requerente: **Maria Neves Amaral**
 Requerido: **Tnl Pcs S/A - Oi Telefonía Celular**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

DECIDO.

Trata-se de ação em que a autora alegou ter adquirido um plano de telefonia junto à ré, bem como dois chips, mas somente um foi desbloqueado.

Alegou ainda que ele nunca funcionou corretamente, mas mesmo assim a ré lhe cobrava por serviços não prestados.

Almeja à rescisão do contrato e ao recebimento de quantia que a ré se comprometera a pagar-lhe perante o PROCON local sem que o fizesse.

A ré em contestação limitou-se a asseverar que inexistiu falha na prestação de seus serviços, além de defender o recebimento dos valores inerentes à contraprestação dos mesmos.

Assim posta a questão debatida, reputo que tocava à ré comprovar a regularidade dos serviços prestados à autora, seja em decorrência do art. 6º, inc. VIII, do Código de Defesa do Consumidor, seja em função do art. 333, inc. II, do Código de Processo Civil., mas ela não se desincumbiu satisfatoriamente desse ônus.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Com efeito, a ré nada amealhou de concreto para evidenciar a inocorrência de problemas na prestação dos serviços a seu cargo, não se prestando a tanto as "telas" de fls. 65/67, unilateralmente confeccionadas.

É por isso que nesse contexto a autora poderia rescindir o contrato independentemente de qualquer pagamento, reconhecendo-se a responsabilidade da ré pela referida rescisão.

Quanto ao ressarcimento da autora em R\$ 100,00, a questão derivaria de acordo assumido pela ré junto ao PROCON local sem que o cumprisse.

A ré em contestação não negou a existência desse acordo ou do compromisso que contraiu para o pagamento mencionado, de sorte que no particular a pretensão deduzida também prospera à míngua de dados sólidos que se contrapusessem a ela.

Por fim, destaco que a autora não postulou o recebimento de indenização para reparação de eventuais danos morais, motivo pelo qual todas as alegações expedidas em contestação sobre o assunto não hão de ser sequer analisadas.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para declarar a rescisão do contrato firmado entre as partes e a inexigibilidade perante a autora de qualquer débito porventura dele decorrente, bem como para condenar a ré a pagar à autora a quantia de R\$ 100,00 (cem reais), acrescida de correção monetária, a partir do ajuizamento da ação, e juros de mora, contados da citação.

Caso a ré não efetue o pagamento da importância aludida no prazo de quinze dias, contados do trânsito em julgado e independentemente de nova intimação, o montante da condenação será acrescido de multa de 10% (art. 475-J do CPC).

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 15 de setembro de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**